



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9226 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

PERFIS DE FORMAÇÃO TÉCNICA EM ENFERMAGEM E SUAS RELAÇÕES COM OS DISPOSITIVOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Adriana Katia Corrêa - USP- Universidade de São Paulo

Sílvia Helena Mendonça de Moraes - USP-RP - Campus Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESP

PERFIS DE FORMAÇÃO TÉCNICA EM ENFERMAGEM E SUAS RELAÇÕES COM OS DISPOSITIVOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Resumo

Este estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, na perspectiva histórico-dialética e documental. O objetivo é apresentar uma reflexão crítica sobre os perfis profissionais de planos de cursos do Técnico em Enfermagem (TE) e sua relação com os dispositivos legais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM). Foram analisados planos de cursos TE de seis escolas técnicas (ET) do estado de São Paulo. Destaca-se a contradição entre formar o trabalhador para a atuação ético-política e técnica na perspectiva humana e a formação instrumental predominante nos dispositivos legais e nos planos de curso.

Palavras-chave: Educação profissional técnica de nível médio. Planos de cursos. Saúde.

Introdução

As políticas neoliberais desenvolvidas ao longo dos anos, sobretudo a partir da década de 1990, têm influenciado as políticas educacionais, incluindo as políticas para a EPTNM, restringindo a formação do trabalhador ao atendimento às demandas do mercado, distante de uma formação humana que possibilite a atuação como cidadão, a partir de uma leitura crítica do mundo e compreensão das relações sociais (CIAVATTA, 2012).

Na área da saúde, não é diferente. A implementação da doutrina neoliberal tem acarretado nos limitados recursos e na privatização da saúde, marcando a necessidade das lutas políticas a favor do Sistema Único de Saúde (SUS) concebido pela Reforma Sanitária (PAIM, 2018).

Conforme as decisões tomadas em relação ao perfil profissional de conclusão, pelas

ET, podem ser feitas aproximações ou afastamentos à formação para o SUS e em perspectiva humana, emancipatória. O objetivo deste estudo é apresentar uma reflexão crítica sobre os perfis profissionais propostos nos planos de cursos TE e sua relação com os dispositivos legais da EPTNM.

Metodologia

O estudo em andamento se insere em um projeto de pesquisa sobre a formação dos trabalhadores técnicos da área da saúde no estado de São Paulo [1]. Caracteriza-se como pesquisa qualitativa, na perspectiva histórico-dialética e documental.

Para a seleção das ET, considerou-se aquelas que nos últimos cinco anos ofereceram um dos cursos: enfermagem, radiologia, farmácia e/ou nutrição que representam aqueles mais ofertados no estado de São Paulo. Para este estudo, serão apresentados os resultados referentes apenas ao curso TE. Participaram quatro instituições públicas (duas ETECs - Centro Paula Souza e duas ETSUS) e duas escolas privadas (uma do sistema “S” – SENAC).

O projeto de pesquisa foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da EERP-USP, com Parecer nº 4.169.926. Foram acessados os planos de cursos e consultados plano de gestão ou regimento institucional quando disponibilizados.

Foram analisados seis planos de cursos TE, a partir de roteiro norteador. Os dispositivos legais que subsidiaram a análise foram aqueles citados nos planos e demais documentos das ET: Parecer CNE/CEB 16/99 (BRASIL, 1999); Res. CNE/CEB 04/1999 (BRASIL, 1999); Referenciais Curriculares Nacionais da EPTNM - Saúde (BRASIL, 2000); Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, 2002); Res. CNE/CEB 06/2012 (BRASIL, 2012); Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos - CNCT (BRASIL, 2012; 2016).

O quadro abaixo especifica as escolas, os documentos acessados e o ano de sua aprovação.

Quadro 1 – Relação de escolas, cursos, documentos analisados, 2020/2021.

ET	DOCUMENTOS	ANO DOS DOCUMENTOS
ET1 e ET2	Plano Curso e Regimento	2012/Atualizado 2020
ET3 e ET4	Plano Escolar/Plano curso e Regimento Escolar	2018-2019
ET5	Plano de curso	2020
ET6	Plano de curso e de Gestão	2017/2016-2019

Resultados e discussão

Todos os perfis propostos têm a indicação da formação do TE para promoção, prevenção, recuperação e reabilitação dos processos saúde-doença, tendo em vista atender às necessidades de saúde. Essas ações, dentre outros aspectos, articuladas e nas distintas redes de

atenção à saúde, dão condições à concretização do cuidado integral preconizado pelo SUS. Essas ações são previstas na Resolução 04/1999, quando se refere ao campo da saúde, nos Referenciais Curriculares Nacionais e nos CNCTs. Todavia, apresenta-se uma importante contradição que será o cerne deste texto: formar o trabalhador para a atuação ético-política e técnica com qualidade social implica na necessidade de apropriação de base conceitual sólida para entender o processo saúde-doença na lógica da determinação social, em suas articulações com o modo de produção capitalista. Todavia, essa perspectiva de formação humana, emancipatória, se contrapõe à perspectiva instrumental predominante nos dispositivos legais.

Essa perspectiva instrumental, dentre outras, tem relação com o referencial das competências adotado nas legislações desde a Resolução CNE/CEB 04/1999. Comenta Ramos (2002) que os conteúdos disciplinares, as chamadas “bases tecnológicas” transformam-se em insumos para desenvolvimento de competências, em uma concepção (neo) pragmática de conhecimento que subordina conceitos aos limites de sua instrumentalidade ou das formulações espontâneas.

A perspectiva instrumental também pode ser apreendida na medida em que três dos seis projetos de curso (ET1, ET2 e ET6), na descrição do perfil profissional, já listam procedimentos técnicos que podem ficar descontextualizados da complexa ação de cuidado individual e coletivo. Essa lista é extraída dos CNCT. Na versão 2016, nem sequer são explicitados os temas a serem considerados como fazia a versão anterior, fortalecendo ainda mais a possibilidade de formação para o fazer, portanto que se afasta da perspectiva politécnica. Perspectiva essa, contraditoriamente, indicada nas Resoluções CNE/CEB 04/1999 e 06/2012.

Saviani (2003), com base em Marx, se expressa sobre a politecnia: domínio dos fundamentos científicos das diversas técnicas que compõem o processo de trabalho produtivo moderno pelo trabalhador, extrapolando apenas o adestramento para dada tarefa requerida pelo mercado de trabalho, implicando em um desenvolvimento *omnilateral*.

Apreende-se, pois, que os dispositivos legais do campo da EPTNM apresentam um discurso híbrido quanto aos campos teóricos. Discurso esse que marca os embates entre grupos conservadores e progressistas que, respectivamente, disputam o fortalecimento do capital ou a formação integral do trabalhador (MOURA, 2013). Esse *hibridismo* é igualmente mantido nos projetos de cursos que mostram compreensões contraditórias. Essa manutenção será fruto também das disputas políticas nas escolas? Terá relação com o entendimento burocratizado dos planos que passam a ser quase a cópia fiel das legislações para garantia de aprovação dos cursos? Ou ainda terá relação com os limites da formação pedagógica dos (das) professores (as) tendo em vista os processos históricos que apontam para a política da não formação docente para a EPTNM, dificultando a visão crítica sobre os dispositivos legais e seu contexto?

Nesse cenário, mesmo nos cursos que trazem no perfil profissional a perspectiva da formação crítica, como ET5 e ET6, tendo em vista, a globalidade do projeto de curso e outros documentos da escola, isso não se sustenta no plano, dado o caráter híbrido dos referenciais teóricos.

Considerações Finais

Apreende-se que os planos de curso construídos à luz dos dispositivos legais do campo educacional enfocados evidenciam a disputa de projeto conservador e progressista, o que, aliado às mesmas disputas no campo da saúde, traz à tona os desafios da formação do TE

na defesa de um projeto de sociedade que vai na contramão do modelo privatista.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica **Resolução CNE/CEB nº 04/99**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB 16/99**. Brasília: 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Profissional. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília: 2000.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 2002**. Brasília: 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 06**, 20 de setembro de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Brasília: 2012. Disponível em: https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CNE_CEB-06_2012.pdf Acesso em 20 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. Brasília: 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. Brasília: 2016.

CIAVATTA, M. A Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3.ed., São Paulo: Cortez, 2012.

MOURA, D.H. Ensino médio e educação profissional no Brasil nos anos 2000: movimentos contraditórios. In: MOURA, D.H. **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas – SP: Mercado de Letras, 2013. p.141-200.

PAIM, J. S. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23(6):1723-1728, 2018.

RAMOS, M.N. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educa. Soc.**, Campinas, v.23, n.80, p.401-422, set. 2002

SAVIANI, D. O choque teórico da politécnica. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 131-152, 2003.

[1] Formação de trabalhadores técnicos de nível médio em saúde no estado de São Paulo: problemáticas e desafios no contexto do SUS – Projeto de pesquisa Regular com financiamento FAPESP – Processo 2019/06374-6.